



## Conselho Municipal de Assistência Social

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

**Data: 13 de outubro de 2021.**

1 Aos treze dias do mês de outubro de 2021, em decorrência da pandemia ocasionada pelo  
2 novo coronavírus – COVID 19, e a impossibilidade temporária de realização de reuniões  
3 presenciais, foi realizada reunião ordinária deste Conselho de Assistência Social por meio  
4 de videoconferência, utilizando a plataforma google.meet. Participaram da presente reunião  
5 os seguintes conselheiros e conselheiras: Jacqueline Marçal Micali, Solange Aparecida de  
6 Oliveira, Edsonia Jadma Marcelino de Souza, Rosemeiri Félix de Barros, Juliana Gonçalves  
7 Catarino, Ligia Fukahori, Adriana Aparecida dos Santos, Nayana Kathrin Tanaka, Luis  
8 Alberto Maccagnan, Ivana Paula Furlan Rodolpho, Rosely Sonoda Gomes, Martinha  
9 Clarete Dutra, Fernanda Senerário, Carlos Antônio Delfino, Thiago de Paula Espinosa  
10 Gouveia, Juliana de Meira, Marcia Gonçalves Valim Paiva, Diego Oliveira de Lima,  
11 Glaziane Leonor Martins da Silva, Thaís Ayres da Silva, Aparecida de Fátima G. Lemos,  
12 Vitor Hugo de Oliveira Paiva, Maria de Fatima dos Santos Reale Prado, Ana Carolina  
13 Ferreira, Deusa Gisely Teixeira Rodrigues Favero, Rubens Antônio Bonafini, Evelyn Secco  
14 Faquin, Valmirete Alves da Silva, Carlos da Silva e Cleide Oberle. Também estiveram  
15 presentes os seguintes participantes: Janaína Arruda Messias – ESPRO, Mariana Barcellos -  
16 Casa Acolhedora, Josiani Nogueira – SMAS/DPSE, Mariana Montini e Mileni - CRAS  
17 Rural, Aline T. M. Cunha – Cáritas, Adriana Perri – Casa do Bom Samaritano, Ricardo Silva  
18 Costa. Transcorrido o tempo para a segunda convocação, a presidente Valmirete Alves da  
19 Silva, deu início à reunião às 13h45, saudando os presentes e submeteu a seguinte pauta à  
20 deliberação da plenária. Josiani Nogueira, diretora da DPSE, sugeriu inversão de pauta, com  
21 relação aos pontos a serem apresentados pela DPSE, para uma melhor compreensão e  
22 entendimento por parte dos conselheiros, sendo aprovado, conforme segue: **1-** Apresentação  
23 e aprovação da pauta; **2-** Relato de Comissões; **3-** Apresentação e deliberação do Plano de  
24 Adesão do Incentivo COVID; **4-** Relato da Comissão Especial de Acompanhamento  
25 Temporário do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes; **5-**  
26 Apresentação e deliberação do Edital de Chamamento Público para Serviço de Acolhimento  
27 Institucional; **6-** Prorrogação de prazo -Eleição Complementar; **7-** Informes. Iniciando o  
28 relato das comissões, a Conselheira Marcia Paiva, apresentou relato da Comissão de Fundo,  
29 informou sobre o recebimento de ofícios das OSCs Casa do Bom Samaritano e SOS, onde  
30 solicitam aporte de recursos financeiros, justificando que não conseguem manter ou dar  
31 continuidade aos atendimentos considerando os valores do Termo de Parceria vigente com  
32 a Secretaria Municipal de Assistência Social. Informou que a Comissão deliberou pelo  
33 encaminhamento de ofício à Secretaria de Assistência Social, solicitando manifestação  
34 quanto à demanda de alteração nos valores praticados no financiamento das ofertas prestadas  
35 pelas OSCs SOS e Casa do Bom Samaritano. Com relação à ACESF, informou que a referida  
36 autarquia, solicitou adequação nos custos dos serviços ofertados, e que teve como  
37 encaminhamento expedir ofício para SMAS, solicitando manifestação com relação ao  
38 detalhamento dos serviços funerários executados pela ACESF na execução mensal do  
39 Auxílio Funeral ao público da Assistência Social, quantidade de solicitações, valores a serem  
40 pagos, valores já executados (pagamentos efetivados), referentes aos anos de 2020 e 2021,  
41 comparando-se com os montantes do orçamento. Marcia destacou que a Comissão está  
42 aguardando resposta da SMAS, com relação aos ofícios encaminhados. Na sequência a  
43 Conselheira Jacqueline Micali, pontuou alguns esclarecimentos referentes aos



## Conselho Municipal de Assistência Social

### Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

44 questionamentos das OSCs SOS e Casa do Bom Samaritano, sobre o aumento de valores de  
45 metas que serão avaliados a partir do serviço executado, e da avaliação da metodologia e  
46 eficiência do serviço para real adequação. Para finalizar, a Conselheira Marcia informou  
47 sobre o envio de ofício à SMAS, questionando sobre o encerramento das atividades do  
48 Acolhimento Emergencial Casa Covid-19, porém aguardando retorno da referida secretaria.  
49 Em seguida, o Conselheiro Vitor Paiva, representante da Comissão de Legislação,  
50 apresentou o Projeto de Lei, de autoria da deputada Mara Boca Aberta, que dispõe sobre o  
51 combate à pobreza menstrual no âmbito do município de Londrina, por meio da proposição  
52 de ações que tenham como objetivo a garantia da saúde básica menstrual. Pontuou que diante  
53 da complexidade da proposta, a Comissão não conseguiu finalizar um parecer, pontuou que  
54 será retomado pela Comissão e disponibilizado para todos os Conselheiros se manifestarem  
55 e retornará para discussão na próxima plenária. Na sequência, a Conselheira Fátima Reale,  
56 representante da Comissão de Acompanhamento, relatou que a Comissão está realizando as  
57 análises nos Planos de Ação 2021 e Relatórios de Atividades ano 2020. Pontuou que  
58 realizaram visitas nas instituições que estão com inscrição provisória, ESPRO e GERAR,  
59 que será finalizado o parecer e apresentado na próxima plenária. Valmirete questionou se foi  
60 realizada visita pela Comissão na OSC-Morada de Deus. Fátima informou que a Comissão  
61 já tem visita programada para referida entidade. Uani, representante da OSC-Casa de Maria,  
62 perguntou se há resposta sobre o pedido de Inscrição da entidade, sendo informada de que  
63 este assunto é tratado em pela Comissão de Inscrição e que houve recente substituição de  
64 gestão e os novos conselheiros passaram por capacitação e, neste momento estão retomando  
65 as atividades das Comissões e a resposta às solicitações ocorre por ordem de protocolo.  
66 Dando continuidade à pauta, Adriana Santos, Diretora da Proteção Social Básica, apresentou  
67 a proposta do Plano de Adesão do Incentivo COVID, um cofinanciamento do governo  
68 estadual, voltado para o atendimento de situações de vulnerabilidade temporária no valor de  
69 R\$ 150.000,00 para famílias acompanhadas pelos serviços PAIF, sendo um valor R\$250,00  
70 para atendimento de 50 famílias por período de 12 meses. Valmirete submeteu à deliberação  
71 da plenária e a Conselheira Márcia Paiva questionou sobre existência de orientação do  
72 Estado sobre apoio à gestão destes benefícios pois há grandes impactos na equipe, na  
73 estrutura de atendimento e na organização dos serviços pelo município, mas o impacto para  
74 as famílias é mínimo. Como não houve manifestações contrárias, deu-se por aprovado o  
75 Plano de Adesão do Incentivo COVID e, em atenção ao pontuado pela conselheira Márcia,  
76 a plenária deliberou pelo envio de Ofício para o Estado solicitando maior atenção para as  
77 situações de desproteção neste período de pandemia e questionamento sobre aporte na gestão  
78 dos benefícios. Selma sugeriu que a Comissão de benefícios e de fundo fizessem  
79 apontamentos para elaboração deste Ofício. Dando continuidade à pauta Josiani Nogueira –  
80 DPSE, relatou sobre a Comissão Especial de Acompanhamento do Serviço de Acolhimento  
81 Institucional para crianças e adolescentes instituída pela Portaria 19/2021/SMAS para  
82 acompanhamento das atividades da OSC- Lar Anália Franco. Informou que a Promotoria e  
83 Conselhos Tutelares realizaram ação conjunta e encontraram situações de desproteção às  
84 crianças e adolescentes acolhidos resultando em um processo judicial. Este processo prevê  
85 nomeação de interventor na instituição, mas a SMAS fez a contraproposta de formar uma  
86 Comissão de Acompanhamento composta por vários profissionais para dividir as  
87 responsabilidades afim de melhorar o atendimento ofertado e sanar as dificuldades.  
88 Compõem a Comissão: a Juliana Catarino (como coordenadora), Josiani Nogueira, Lígia



## Conselho Municipal de Assistência Social

### Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

89 Fukahori, Thaísa Andrade (referências para as equipes); Márcia Figueiredo e Anelise  
90 Teixeira (referências técnicas) e Luzimar dos Santos (referência para os educadores); são  
91 realizadas reuniões semanais para diagnósticos e também elaboração de cronograma a fim  
92 de ter um representante da SMAS dentro da instituição diariamente. A comissão detectou  
93 também a necessidade de adequações no conteúdo dos Editais às legislações e alterações nos  
94 aditivos feitos nos tempos de pandemia. Uma das primeiras ações foi reduzir 01 casa-lar da  
95 parceria com a OSC, que é em formato de aldeia o que potencializa os pontos negativos de  
96 relacionamento, inclusive em relação ao grande número de trabalhadores, redução esta que  
97 resultou na diminuição do número de acolhidos por casa. Uma das casas passou a ser gerida  
98 pela OSC- NUSELON em imóvel cedido pelo município. Outra tarefa foi refazer edital de  
99 chamamento para deliberação da plenária, tema da próxima pauta a ser apresentada. A  
100 Conselheira Márcia Paiva questionou se realmente está havendo esta presença diária de  
101 representantes da SMAS na instituição o que foi afirmado por Josiani, que informou haver  
102 calendário elaborado para garantir esta presença e que isto não afeta a autonomia da  
103 Instituição. A Conselheira Juliana Catarino complementou, informando que esta ação está  
104 sendo realizada inclusive em horário noturno e aos sábados e domingos, mediante  
105 pagamento de horário extraordinário às técnicas responsáveis. Márcia relatou também uma  
106 preocupação de garantir uma escuta qualificada e especializada às crianças acolhidas.  
107 Jacqueline Micali complementou as informações explanando que estas ações são resposta a  
108 uma ação judicial da Vara da Infância e da Juventude e do Ministério Público; e visam  
109 proteção às crianças e aos adolescentes pois havia relatos de casos de violação de direitos. E  
110 solicitou ao Conselho que realize diálogos com a Sociedade Civil sobre a necessidade de que  
111 outras instituições se interessem em executar o serviço de acolhimento; e os planos futuros  
112 são de que essas metas venham a ser realizadas por família acolhedora. A seguir, Michele,  
113 coordenadora provisória do Lar Anália Franco, solicitou a palavra. Relatou que tomou  
114 ciência das visitas diárias pelo envio de um cronograma, com o nome das técnicas e turno  
115 das visitas, mas que as equipes relatam que as visitas não têm sido diárias, independente de  
116 ser período de isolamento por COVID-19 ou não. E acrescentou que haviam sido informados  
117 por Josiani de que não deveriam reduzir quantidade das casas-lares, e sim reduzir as metas,  
118 porém era para terem 24 cuidadores para assumir 03 casas-lares; se fosse para atender a 04  
119 casas, eles precisariam de mais cuidadores o que não é possível com a verba atual então têm  
120 funcionado com somente 03 casas. E que MP, através da Promotora Aleteia alega não ter  
121 conhecimento da transferência das crianças no formato que estava ocorrendo e de que a  
122 informação que sabia era de que o trabalho seria encerrado. Discordou também de que as  
123 ações estão sendo feitas visando a proteção dos acolhidos pois, independente de diminuir o  
124 número de acolhidos, eles permanecem na entidade. Diz também que os acolhidos  
125 transferidos têm apresentado sofrimento no outro acolhimento, inclusive há situações de  
126 evasão com relatos de moradores das redondezas de crianças de 08 anos passando a noite  
127 nas ruas após a transferência; e que os acolhidos transferidos deviam ser aqueles que  
128 passaram pelas situações contidas nas denúncias. Questionou também se haverá tempo  
129 suficiente para preparar as famílias acolhedoras para receberem grupos de irmãos, crianças  
130 especiais; e aproveitou para solicitar esclarecimentos de qual intervenção será feita pois  
131 sempre recebe posicionamento de que ainda não há nada estipulado, e a Entidade precisa se  
132 organizar sobretudo em relação aos seus funcionários que estão preocupados com seus  
133 empregos. A Conselheira Edsonia solicitou a palavra e sugeriu que as questões apresentadas



## Conselho Municipal de Assistência Social

### Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

134 pela representante do Lar Anália Franco pudessem ser retomadas pela Comissão. Josiani  
135 Nogueira retomou a palavra para esclarecer alguns pontos. Explicou que no Plano Decenal  
136 dos Direitos da Criança e do Adolescente (2017 a 2026) consta o planejamento da transição  
137 gradativa de Acolhimento para Família Acolhedora, e que as Entidades que respondem pelo  
138 serviço de Acolhimento podem também, de acordo com os critérios definidos por Edital de  
139 Chamamento, atender pela execução dos serviços de Família Acolhedora. Quanto às  
140 transferências, diz que é uma situação complicada e da qual resulta sofrimento a alguns  
141 acolhidos pela mudança para um local novo e desconhecido. Sobre a frequência das visitas,  
142 diz que podem ocorrer algumas falhas, mas que não foi noticiada; comentou também que  
143 perceberam diferenças nas equipes que atendem os turnos e fragilidades na comunicação,  
144 sendo que as equipes do turno da noite são as que mais ficam sozinhas pois neste horário a  
145 coordenação e técnicos da unidade permanecem em sobreaviso e a presença destes é  
146 importante para o serviço pois tanto os educadores quanto os auxiliares não têm formação  
147 específica em cuidados de crianças. Em relação às crianças que passaram pelas situações  
148 relatadas informou que foram atendidas com escuta especializada com técnicas do Poder  
149 Judiciário. Jacqueline mencionou que Relatório da escuta especializada já foi feito e que  
150 estão tentando ser o mais transparentes em relação à entidade e que entendem as  
151 preocupações de todos. Michele agradeceu e solicitou que, assim que souberem algo  
152 definitivo sobre o funcionamento da Entidade, sejam notificados. Na sequência Josiani,  
153 informou sobre a necessidade de abertura de Edital de Chamamento Público para Serviço de  
154 Acolhimento Institucional, que consta como pauta do próximo ponto. Relatou que, desde o  
155 início da pandemia, houve um maior aporte de recursos para as entidades para aumentar o  
156 número de educadores presentes nas unidades, para substituição daqueles que se afastassem  
157 por COVID. Referiu que isso continua sendo uma necessidade, mesmo agora que as equipes  
158 foram vacinadas, pois as recomendações são de afastamento quando se apresentar sintomas.  
159 Em razão da necessidade de manutenção desse quadro, Josiani apresentou proposta de  
160 chamamento público, para formalização de parcerias com a rede socioassistencial, para  
161 serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes, na modalidade Casa Lar,  
162 sendo proposto 10 unidades, com 10 metas por casa, no valor mensal de R\$293.727,50  
163 (duzentos e noventa e três reais, setecentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos), sendo  
164 o valor anual de R\$3.524.730,00 (três milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, setecentos e  
165 trinta reais). Valmirete questionou a origem dos recursos. Josiani respondeu que o recurso é  
166 vinculado à DPSE e que há recursos para execução dos serviços no próximo ano. Sobre a  
167 possibilidade de o Lar Anália Franco participar do próximo Edital, Josiani informou que na  
168 presente data não há impedimentos, mas que não é possível prever o que poderá ocorrer no  
169 processo legal até o final do mês de dezembro do presente ano. Jacqueline acrescentou que  
170 farão consulta legal à PGM incluindo sobre a hipótese de maior aporte de recursos no caso  
171 de uma entidade que responda ao Edital não possuir imóveis próprios acarretando em um  
172 aumento dos gastos pelo custo de aluguel, possibilitando que mais OSCs respondam ao  
173 Chamamento. Seguiu-se para deliberação da plenária, como não houve manifestação  
174 contrária e somente 01 abstenção, deu-se por aprovada a proposta apresentada. Em  
175 continuidade, passou-se ao próximo ponto da pauta. A Conselheira Nayana, representante  
176 da Comissão de Eleição Complementar, pontuou que a plenária já deliberou pelo Edital de  
177 Eleição Complementar para suprir vacância do segmento dos Trabalhadores da Política de  
178 Assistência Social: sendo 01 (um) conselheiro titular e 01 (um) suplente, e que ainda não



## Conselho Municipal de Assistência Social

### Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

179 houve inscrições. Pontuou a necessidade de prorrogação da vigência dos prazos das  
180 inscrições, sendo a proposta de prorrogação do período de 14/10/2021 a 22/10/2021, no  
181 horário das 12h00 às 17h00. Nayana, sinalizou a necessidade de maior divulgação e apoio  
182 de todos os Conselheiros. Valmirete apresentou para deliberação da plenária, sendo  
183 aprovado, e salientou a importância da representação dos trabalhadores no Conselho,  
184 fortalecendo as discussões e agregando força para a categoria. Na sequência a secretária  
185 Selma apresentou informe de que o Conselho Estadual de Assistência Social realizará a XIII  
186 Conferência Estadual de Assistência Social, prevista para o período de 20 a 22 de outubro.  
187 Informou que os delegados que irão representar o município de Londrina são: Adriana  
188 Aparecida dos Santos (titular) e Josiani Nogueira (suplente), Jacqueline Marçal Micali  
189 (titular) e Rosely Sonoda Gomes (suplente) - representantes do segmento governamental;  
190 Valmirete Alves da Silva (titular) e André Luis Barbosa (suplente) - representantes do  
191 segmento de usuários; Márcia Gonçalves Valim Paiva (titular) e Adenilton Rosa de Oliveira  
192 (suplente) - representando as entidades. Valmirete acrescentou que, mesmo que os titulares  
193 participem, os suplentes também são convidados a participar e solicitou o reenvio das  
194 propostas deliberadas na Conferência Municipal de Assistência Social de Londrina e  
195 questionou se os conselheiros irão se reunir para discutir as propostas antes da Conferência  
196 Estadual. A conselheira Adriana Santos comentou que tem as mesmas preocupações e  
197 sugeriu que os participantes se reunissem em um mesmo espaço para os que tiverem  
198 disponibilidade para facilitar o alinhamento das discussões das propostas. Ficou estipulado  
199 que vão combinar como será a participação, em um grupo de discussão provisório criado  
200 exclusivamente para este fim. Em relação aos questionamentos a respeito da Audiência  
201 Pública, Selma respondeu que a Comissão não se reuniu até a presente data, mas que fizeram  
202 contato com Professora Denise e que a mesma se colocou à disposição para ministrar a  
203 palestra. Valmirete agradeceu a presença e participação de todos os presentes e encerrou a  
204 reunião desejando que este espaço seja democrático e de participação ativa. Nada mais  
205 havendo a tratar, eu Beatriz Rufino Muniz Pereira, no apoio às atividades deste conselho e  
206 sua secretaria executiva, lavrei a presente ata, que deverá ser submetida à deliberação  
207 plenária.